



Documento Assinado Digitalmente por: JULIERME BARBOSA XAVIER, MARIA AMÉLIA FONSECA DE LIRA GOMES
 Acesse em: <https://ste.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3351752a-04ab-4258-a3ed-c31dc0922041

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO CAMARAGIBE
BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2016

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.5.3.1	50,00	50,00
Créditos a Curto Prazo	1.5.3.2	5.305.646,76	4.428.569,79
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.5.3.3	166.731.286,07	132.031.407,65
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		172.036.982,83	136.460.027,44
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		33.277.022,28	30.888.534,52
Créditos a Longo Prazo	1.5.3.2	33.277.022,28	30.888.534,52
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD pagas antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado	1.5.3.4	1.431.719,48	10.519,75
Intangível			
Total do Ativo Não Circulante		34.708.741,76	30.899.054,27
TOTAL DO ATIVO		206.745.724,59	167.359.081,71
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.5.3.5	21.080,10	75.994,64
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo	1.5.3.6	163.856,91	
Demais Obrigações a Curto Prazo		38,24	685,06
Total do Passivo Circulante		184.975,25	76.679,70
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo	1.5.3.6	202.526.421,03	163.689.726,25
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		202.526.421,03	163.689.726,25
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados	1.5.3.7	4.034.328,31	3.592.675,76
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
Total do Patrimônio Líquido		4.034.328,31	3.592.675,76
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.745.724,59	167.359.081,71

Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes
 Diretora de Previdência do FUNPRECAM
 Matrícula nº 0.0000155

Julierme Barbosa Xavier
 Contador
 CRC-PE 17454/O




Documento Assinado Digitalmente por: JULIERME BARBOSA XAVIER, MARIA AMELIA FONSECA DE LIRA GOMES
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3351752a-04ab-4258-a3ed-c31dc0922041

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DO CAMARAGIBE
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

(Lei nº 4.320/1964)

Exercício: 2016

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	166.731.336,07	136.460.027,44
Ativo Permanente	40.014.388,52	30.899.054,27
Total do Ativo	206.745.724,59	167.359.081,71
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	21.118,34	76.679,70
Passivo Permanente	206.724.606,25	167.282.402,01
Total do Passivo	206.745.724,59	167.359.081,71
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	-	-


Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes
Diretora de Previdência do FUNPRECAM
Matrícula nº 0.0000155


Julierme Barbosa Xavier
Contador
CRC-PE 17454/O



NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2016

1. NOTAS EXPLICATIVAS

1.1. Contexto Operacional

O Fundo Previdenciário do Município de Camaragibe (FUNPRECAM), localizado na Rua Roberval Luna de Oliveira, 939, Bairro Novo do Carmelo, Camaragibe/PE, é um Fundo Especial Previdenciário criado pela Lei Municipal nº 116/2001, reestruturado pela Lei Municipal nº 328/2007, com base na Lei Federal nº 8.717/99.

Tem como principais atividades a arrecadação, aplicação e gestão dos recursos previdenciários decorrentes das contribuições dos servidores efetivos, órgãos e poderes do Município de Camaragibe/PE.

É gerido pela Diretoria Executiva, e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, constituídos por Servidores Efetivos de forma paritária, e fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e pelo Ministério da Previdência Social.

1.2. Base para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) têm como principal objetivo a adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Em relação à contabilidade do FUNPRECAM, a adoção dos novos procedimentos contábeis está ocorrendo gradativamente, tendo início no ano de 2013, por meio da implantação do Novo Plano de Contas, do registro das alterações do patrimônio, respeitando ao regime de competência, da avaliação dos bens móveis e imóveis e as respectivas de depreciações.

Dessa forma, as Demonstrações Contábeis apresentadas foram extraídas do Sistema de Contabilidade SISDAP, fornecido pela empresa IP do Brasil Ltda., e compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2016. Foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 6ª Ed.).

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO) e Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Por fim, ressalta-se que as demonstrações contábeis do FUNPRECAM não estão consolidadas com as do Município de Camaragibe.

1.3. Mudanças de Políticas Contábeis

Os valores de parcelamentos a receber no exercício de 2017 foram transferidos do Longo Prazo para o Curto Prazo afim de melhorar a análise e avaliação financeira da entidade. Anteriormente, os valores eram registrados apenas pelo valor principal a receber, enquanto que os encargos eram lançados como receita do exercício. Atualmente, os valores do curto



prazo são contabilizados pelo seu valor atual (principal + encargos), cujo reconhecimento dos encargos refletiu em 31/12/2016 uma variação ativa decorrente da atualização monetária e juros envolvidos nos contratos de parcelamento. O mesmo tratamento estendido ao Longo prazo.

1.4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

1.4.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado, como rendimento de aplicações financeiras.

1.4.2. Créditos e Outros Valores a Receber

Os direitos a receber são provenientes dos valores de contribuições previdenciárias a receber, decorrentes da ação arrecadadora do FUNPRECAM. São avaliados pelo valor realizável.

A base de cálculo das contribuições previdenciárias são as folhas de pagamento dos servidores ativos definida na Lei Municipal nº 328/2007.

Contribuição	Alíquota	
	2016	2017
Contribuição do Servidor	11%	11%
Contribuição Patronal	16,64%	16,64%
Contribuição para Amortização do Déficit Atuarial	3,48%	4,18%

O reconhecimento dos montantes a receber é realizado mensalmente e considera, como base confiável, a folha de pagamento de cada competência. A baixa dos créditos é motivada pelos repasses dos órgãos responsáveis pela retenção e recolhimento das contribuições.

Não há registro de ajuste para perdas, pois os créditos poderão ser executados em dívida ativa, ou administrativamente, através de termos de confissão e parcelamento da dívida.

A prescrição dos créditos é de 5 anos, entretanto, os mecanismos de cobrança são efetivos e fiscalizados juntamente com o Tribunal de Contas e com o Ministério da Previdência. Desta forma, praticamente não ocorre.

Os valores a receber, de curto e longo prazos, de parcelamento são avaliados pelo valor atual das parcelas e multiplicado pela quantidade de parcelas em aberto.

As atualizações, os ajustes apurados e as apropriações provenientes da utilização são contabilizados em contas de resultado.

1.4.3. Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valores das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio



ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. Porém, devido ao porte da entidade, as aquisições de materiais de expediente e outros são de uso imediato. Por isso, não apresentamos saldos nesse item apesar da política contábil definida.

1.4.4. Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é realizado com base na avaliação obtida em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Após o reconhecimento inicial, os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação ou à amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

1.4.5. Intangível

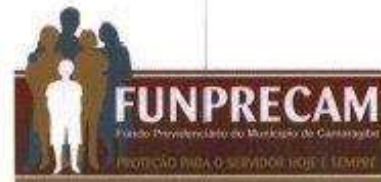
O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. Entretanto, não foram verificadas ocorrências quanto a esse tipo de patrimônio.

1.4.6. Depreciação e Amortização

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na Instrução Normativa SRF nº 162/98. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Sede (Edifícios)	25	4%
Instalações	10	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	20%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	20%

Observa-se que a tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado. A mesma inferência ocorre sobre o valor residual.



1.4.7. Obrigações de Curto Prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As provisões são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

1.5. NOTAS DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

1.5.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender às especificações constantes do Orçamento Anual e dos Créditos Adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo – Superávit Orçamentário – ou negativo – Déficit Orçamentário.

1.5.1.1. Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Orçamentário – BO, as receitas e despesas orçamentárias têm os seus reconhecimentos baseados no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. O mesmo critério de reconhecimento é adotado no Balanço Financeiro.

1.5.1.2. Do Planejamento

A previsão atualizada da receita não apresenta alteração em relação a sua previsão inicial. Por outro lado, a dotação inicial da despesa foi alterada durante a execução, através de créditos suplementares, para atender a necessidade de aquisição de imóvel para instalação da sede própria do FUNPRECAM e outros reforços, sem, contudo, aumentar o valor do orçamento aprovado.

Detalhamento	Receita	Detalhamento	Despesa
Previsão Inicial	37.721.000,00	Dotação Inicial	37.721.000,00
Previsão Atualizada	37.721.000,00	Dotação Atualizada	37.721.000,00
Receita Arrecadada	46.550.009,63	Execução da Despesa	10.330.260,49
Superávit da Receita	8.829.009,63	Economia da Despesa	- 27.390.739,51

Podemos afirmar que o desempenho da receita arrecadada em 2016 foi maior que a receita prevista, pois, tinha uma previsão de R\$ 37.721.000,00 e arrecadou R\$ 46.550.009,63.

Enquanto isso a execução da despesa se comportou dentro do limite fixado para o exercício de 2016, cujo valor empenhado foi R\$ 10.330.260,49.

1.5.1.3. Receitas Correntes

O aumento total da arrecadação das receitas correntes de 2016 em relação a 2015 foi da ordem de R\$ 12.953.189,09 (68,47%). Cujo item Remuneração de Investimentos



contribuiu significativamente (94,64%) para esse resultado do cenário macroeconômico no exercício de 2016.

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Receitas Correntes	31.871.948,78	18.918.759,69	68,47%
Contribuições do Servidor, Aposentados e Pensionistas	6.329.247,25	5.792.851,40	9,26%
Remuneração dos Investimentos	25.532.222,39	13.117.420,61	94,64%
Outras Receitas Correntes	10.479,14	8.487,68	23,46%
Intraorçamentárias	14.678.060,85	10.623.670,44	38,16%
TOTAL	46.550.009,63	29.542.430,13	57,57%

As Receitas Intraorçamentárias correspondem aos valores recebidos decorrentes de contribuições previdenciárias e parcelamentos pagos através de dotação do próprio Orçamento Municipal e que, deverão ser excluídos quando da consolidação contábil e orçamentária. (ver item seguinte)

1.5.1.4. Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das Demonstrações Contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente (Município de Camaragibe), são apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido das operações realizadas pelas entidades que fazem parte do Orçamento do Município.

No Balanço Orçamentário, encerrado em 31/12/2016, apresenta-se apenas as receitas Intraorçamentárias, uma vez que não se verificou a execução de despesas Intraorçamentárias.

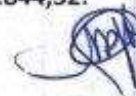
As Receitas Intraorçamentárias são as apresentadas no quadro abaixo, e apresentam um crescimento de R\$ 4.054.390,41 (38,16%) em relação ao exercício de 2015.

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Receitas Correntes intraorçamentárias	14.678.060,85	10.623.670,44	38,16%
Contribuições Patronais	9.534.082,98	7.114.479,10	34,01%
Amortização do Déficit Atuarial	1.969.501,70	1.263.577,66	55,87%
Parcelamentos	3.064.282,47	2.230.171,92	37,40%
Encargos sobre Parcelamentos	110.193,70	15.441,76	613,61%

1.5.1.5. Utilização dos "recursos de exercícios anteriores" para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente:

No exercício de 2016, foi utilizado recursos relativos a taxa administrativa de exercícios anteriores para realização da aquisição do imóvel em que será instalada a sede do RPPS, no valor de R\$ 1.457.667,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais).

O saldo financeiro da conta vinculada a taxa administrativa do FUNPRECAM cujos valores encontram-se acumulados até 31/12/2016 é de R\$ 1.190.844,52.






Conta	31/12/2016	31/12/2015
CEF C/C 06.000200-3-DESPESAS ADMINISTRATIVAS	50,00	50,00
CEF C/C 200-3- APLIC FIC PRA	4.780,01	12.476,49
CEF C/C 200-3- APLIC IMA GERAL- RESER	1.186.014,51	2.294.367,00
TOTAL	1.190.844,52	2.306.893,49

1.5.1.6. Do Superávit verificado no exercício de 2016:

Verificamos no exercício de 2016 um resultado da execução orçamentária superavitário, que importa num valor de R\$ 34.550.009,63 (trinta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil, nove reais e sessenta e três centavos), enquanto no exercício de 2015 esse resultado foi de R\$ 22.315.448,17 (vinte e dois milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos).

Portanto, o superávit do exercício de 2016 é 54,83% maior que o verificado no exercício de 2015.

Observe abaixo o Resultado da execução orçamentária nos últimos 5 anos:

Ano	Resultado da Execução Orçamentária		Índice IPCA*
	Valor Nominal	Valor Constante	
2016	34.550.009,63	34.550.009,63	1,000000
2015	22.315.448,17	23.946.350,38	1,073084
2014	25.579.449,24	30.324.488,23	1,185502
2013	15.892.125,92	20.075.203,63	1,263217
2012	23.720.065,42	31.693.802,61	1,336160

*Fonte: www.calculobexato.com.br

1.5.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro que é transferido para o exercício seguinte, conforme a Lei 4.320/64.

Em relação ao Balanço Financeiro destacamos os seguintes pontos:

1.5.2.1. Das Retenções na fonte

Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, como, por exemplo, as retenções na fonte. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados, portanto, esclarecemos que a entidade considera a retenção como paga no momento do pagamento ou recolhimento, portanto, não será necessário apresentar nenhum ajuste no saldo final

1.5.2.2. Do regime contábil adotado



As receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro observa o art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, no qual as receitas são registradas pela sua efetiva arrecadação e as despesas pelo empenho.

1.5.2.3. Valores Brutos

Todos os valores evidenciados no Balanço Financeiro são apresentados pelos seus valores brutos, as retenções realizadas são consideradas receitas extraorçamentárias e o seu respectivo pagamento ou recolhimento consideradas despesas extraorçamentárias.

O detalhamento das operações extraorçamentárias são evidenciadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante o qual compõe a Prestação de Contas da entidade.

1.5.2.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é obtido pela soma das Receitas Orçamentária e extraorçamentárias, menos as Despesas Orçamentárias e extraorçamentárias.

O resultado financeiro no exercício de 2016 foi de R\$ 34.669.878,42, correspondendo a uma variação de 57,05% em relação a 2015.

	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Resultado Financeiro	34.669.878,42	22.076.291,12	57,05%

1.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do FUNPRECAM em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Demonstra a posição estática do patrimônio, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresenta destacadamente do BP os valores dos grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de Ativo Financeiro e Passivo Financeiro resulta no valor do Superávit Financeiro.

1.5.3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis são mantidos em instituições financeiras oficiais e incluem apenas os saldos em conta arrecadação e taxa administrativa.

As aplicações financeiras em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores e de médio risco, tendo os ganhos registrados em contas de resultado. A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Conta	2016	2015
Conta Arrecadação - CEF 100-7	-	-
Conta Tx Adm. - CEF 200-3	50,00	50,00
TOTAL	50,00	50,00



1.5.3.2. Créditos de Curto Prazo e Longo Prazos

Os créditos a curto prazo se constituem de valores decorrentes de contribuições previdenciárias a receber por obediência ao princípio da competência ou por migração dos parcelamentos a receber no exercício de 2017, conforme as NBC TSP.

Conta	2016	2015	Variação
Créditos a Receber de Parcelamento	3.708.907,20	3.064.151,08	21,04%
Outros Créditos a Receber CP	1.596.739,56	1.364.418,71	17,03%
TOTAL	5.305.646,76	4.428.569,79	19,80%

O RPPS receberá até 10/01/2017 as contribuições previdenciárias conforme abaixo detalhado:

Entidade	Patronal	Suplementar	Servidores	Bruto	(-) Deduções	A recolher
Câmara						
Fundação	857,69	179,37	566,98	1.604,04		1.604,04
Prefeitura	599.669,57	125.411,66	396.416,18	1.121.497,41	8.802,10	1.112.695,31
FMS	253.256,37	52.964,67	167.417,07	473.638,11	10.449,40	463.188,71
TOTAL	853.783,63	178.555,70	564.400,23	1.596.739,56	19.251,50	1.577.488,06

Os créditos de longo prazo correspondem a contribuições previdenciárias em atraso que foram legalmente parceladas, cujos valores devidos são os especificados abaixo:

O FUNPRECAM possui 3 Termos de Parcelamento Ativos, conforme tabela abaixo:

Valores Atualizados em 11/01/2017

Parcelamento nº	Valor Atualizado das Parcelas	Quant. Parcelas a Pagar	Valor Atual do Parcelamento
2008	249.086,97	138	34.374.001,86
2015.1	24.591,56	40	983.662,40
2015.2	35.397,07	46	1.628.265,22

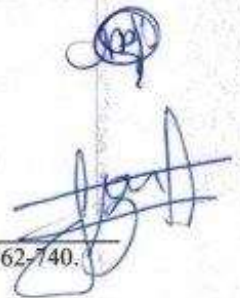
A atualização dos termos de parcelamento foram reconhecidos conforme os montantes abaixo especificados:

Valores Atualizados em 11/01/2017

Parcelamento nº	Saldo em 31/12/2015	Amortizações	Atualização Monetária e Encargos	Saldo em 31/12/2016
2008	31.386.275,23	2.510.901,96	5.498.628,59	34.374.001,86
2015.1	932.768,72	215.254,32	266.148,00	983.662,40
2015.2	1.633.641,34	337.994,76	332.618,64	1.628.265,22
TOTAL	33.952.685,29	3.064.151,04	6.097.395,23	36.985.929,48

O lançamento contábil para reconhecimento dos encargos sobre os parcelamentos previdenciários foi realizado em contrapartida com as variações patrimoniais aumentativas (Juros e Encargos).

A reclassificação dos valores a receber parcelados será realizada conforme tabela abaixo:





Valores Atualizados em 11/01/2017

Parcelamento nº	Saldo em 31/12/2016	Vencimento até 31/12/2017	Vencimento após 31/12/2017
2008	34.374.001,86	2.989.043,64	31.384.958,22
2015.1	983.662,40	295.098,72	688.563,68
2015.2	1.628.265,22	424.764,84	1.203.500,38
TOTAL	36.985.929,48	3.708.907,20	33.277.022,28

O Curto Prazo será evidenciado na conta contábil Créditos a receber de Parcelamento (11381310000), enquanto que o Longo Prazo será evidenciado na conta contábil Créditos Previdenciários Inscritos (12112040200).

1.5.3.3. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência, o qual totalizou R\$ 166.731.286,03.

Conta	Banco	2016	2015	Variação
PRATICO	CEF	4.780,01	12.476,49	-61,69%
IMA-GERAL	CEF	82.796.861,42	64.898.832,21	27,58%
FIC	SANTD	11.369.063,00	9.140.227,41	24,38%
IRFM 1	BB	7.232.983,76	6.180.780,18	17,02%
IMA-B	CEF	4.017.522,77	3.225.369,65	24,56%
IRFM 1	CEF	47.359.413,60	36.052.949,15	31,36%
IPCA	CEF	-	3.637.280,00	-100,00%
RENDA FIXA	BNB	3.162.757,77	2.577.467,47	22,71%
RENDA VARIÁVEL	BNB	1.895.561,04	1.605.951,99	18,03%
IMA-GERAL	CEF	1.186.014,51	2.294.367,00	-48,31%
IPCA III	BB	2.573.812,01	2.405.706,10	6,99%
BRASIL 2018 II TIT P	CEF	3.091.061,44	-	
FI RF REFEREN	BRAD	1.030.759,15	-	
FI RF IMA-B 5	BRAD	1.010.695,55	-	
TOTAL		166.731.286,03	132.031.407,65	26,28%

1.5.3.4. Imobilizado, Intangível, Depreciação e Amortização

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado desde 2014, foram devidamente depreciados, entretanto, resta alguns bens móveis, adquiridos antes de 2014 que ainda não passaram por reavaliação.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2014, e vem sendo realizada mensalmente.

No exercício de 2016 foi realizada depreciações que alcançaram um montante de R\$ 43.109,63, reduzindo o ativo e aumentando as Variações Patrimoniais diminutivas.



Conta	2016	2015
Móveis	55.558,09	48.915,73
Imóveis	1.457.667,00	-
(-) Depreciações	- 81.505,61	- 38.395,98
TOTAL	1.431.719,48	10.519,75

1.5.3.5. Obrigações de Curto Prazo

Evidencia valores a pagar, decorrentes de obrigações trabalhistas; de contratação de fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços; de impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros.

Todas as dívidas foram pagas no exercício de 2016, entretanto, restou o pagamento de R\$ 21.080,10 das obrigações com vencimento em 2017, conforme exposto abaixo:

Especificação	R\$
Benefícios a Pagar	19.251,50
CELPE	432,46
Aluguel de Imóvel	850,00
COMPESA	164,03
Global Village	382,11
Total	21.080,10

1.5.3.6. Provisões de Curto e Longo Prazo

No exercício de 2016 foram realizadas as seguintes provisões:

a) PROVISÃO DAS DESPESAS COM RESSARCIMENTO DE PESSOAL DO RPPS

Os servidores do FUNPRECAM são todos cedidos pelo Município, cujos vencimentos são ressarcidos ao mesmo, ao final do exercício social. Entretanto, não houve até a presente data ressarcimento devido o Município não ter enviado os valores e os encargos para reembolso.

Dessa forma, providenciamos a provisão para o custeio do pessoal cedido ao FUNPRECAM no exercício de 2016.

O valor a ser provisionado é de 163.856,91, correspondente a salários, vales transportes, provisões de férias e 13º salários e os encargos previdenciários devidos, conforme tabela:





TOTAL DA ENTIDADE: FUNPRECAM		2016
Detalhe	Total	
VANTAGENS		
Vencimentos	79.444,19	
Gratificação	37.648,00	
Quinquênio	7.206,75	
Outros	-	
Hora Extra**	-	
Soma	124.298,94	
PROVISÕES		
Base Provisões	124.298,94	
1/3	3.059,19	
13º	9.473,10	
Soma	12.532,29	
ENCARGOS		
Base Previdenciária	96.124,04	
Patronal RPPS - 16,64%	15.995,04	
Adicional RPPS - 3,48%	3.345,12	
VT	7.685,53	
Soma	27.025,69	
a RESTITUIR	163.856,91	

O lançamento contábil reconhecerá o valor a ser cobrado pelo Município, em contrapartida com as variações patrimoniais diminutivas.

b) PROVISÃO MATEMÁTICA DO ESTUDO ATUARIAL COM BASE EM 31/12/2016

O Estudo Atuarial do exercício de 2017, utiliza como base os dados contábeis de 31/12/2016, cujas provisões devem ser consideradas no Balanço Patrimonial do RPPS ainda no exercício de 2016.

A provisão matemática do plano previdenciário do FUNPRECAM foi apresentado pelo Atuário conforme demonstrativo abaixo:

Contas	Discriminação	Provisão 2016	Provisão 2015	Ajustes
2.2.7.2.1.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	202.526.421,03	163.689.726,25	38.836.694,78
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	90.995.742,86	89.804.995,78	1.190.747,08
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Out. Benefícios Concedidos Plano Previd. RPPS	91.008.121,06	90.254.070,85	754.050,21
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	- 11.371,92	- 422.183,27	410.811,35
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	- 1.006,28	- 26.891,80	25.885,52
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	311.132.443,93	224.902.648,55	86.229.795,38
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Out. Benefícios a Conceder Plano Previd. RPPS	487.026.280,36	526.187.673,53	- 39.161.393,17
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	- 72.802.135,90	- 139.124.333,20	66.322.197,30
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	- 61.123.631,43	- 107.308.413,82	46.184.782,39
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	- 41.968.069,10	- 54.852.277,96	12.884.208,86
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-203.790.270,06	-155.132.390,43	- 48.657.879,63
2.2.7.2.1.05.01	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-203.790.270,06	-155.132.390,43	- 48.657.879,63
2.2.7.2.1.07.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	4.188.504,30	4.114.472,35	74.031,95
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	4.188.504,30	4.114.472,35	74.031,95

A provisão será realizada através de lançamento de ajuste no sistema patrimonial, no valor de R\$ 38.536.693,98, repercutindo na conta VPD Provisões Matemáticas Previdenciárias.






1.5.3.7. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial é composto pelos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. Abaixo seguem os montantes do FUNPRECAM:

Conta	2016	2015
Patrimônio Líquido	4.034.328,31	3.592.675,76
Resultado do Exercício	441.652,55	69.477.562,26
Resultado de Exercícios Anteriores	3.592.675,76	- 66.822.187,74
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	937.301,24

1.5.4. DVP

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do FUNPRECAM durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

1.5.4.1. Resultado Patrimonial

Foi apurado por meio da contabilização de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, com base no regime de competência. A redução do superávit patrimonial, comparativamente ao exercício de 2015, é justificada, pois no ano anterior foi realizada provisão decorrente do estudo atuarial que influenciou o resultado apurado anteriormente.

O resultado econômico do FUNPRECAM, em 2016, foi de:

Conta	2016	2015
Variações Patrimoniais Aumentativas	49.815.574,67	78.162.028,15
Variações Patrimoniais Diminutivas	49.373.922,12	8.684.465,89
Resultado Patrimonial do Exercício	441.652,55	69.477.562,26

(Valores em Reais) Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais de 2016.

1.5.5. DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.





Detalhe	2016	2015
Atividades Operacionais	10.687.526,75	9.198.027,56
Atividades de Investimento	- 1.464.309,36	-
Atividades de Financiamento	25.476.661,03	12.878.263,56
Caixa Gerado no Exercício	34.699.878,42	22.076.291,12
Saldo Anterior	132.031.457,65	109.955.166,53
Saldo Final	166.731.336,07	132.031.457,65

(Valores em Reais) – Fonte: DFC 31/12/2016

Destacamos que:

- O crescimento do caixa das atividades operacionais decorrem do aumento das alíquotas para amortização do déficit atuarial;
- As atividades de investimento demonstram que a entidade fez a aquisição do prédio sede do RPPS no exercício, utilizando-se de recursos da reserva da taxa administrativa de exercícios anteriores;
- O crescimento do caixa das atividades de financiamento decorre dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas no exercício, diante das altas taxas de retorno praticadas pelo mercado devido ao cenário macro-econômico nacional; e,
- No exercício de 2016 a entidade gerou um adicional de R\$ 34.699.878,42 às disponibilidades financeiras.

Camaragibe, 31 de dezembro de 2016.



Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes
Diretora de Previdência do FUNPRECAM
Matrícula nº 0.0000155



Julierme Barbosa Xavier
Contador CRC-PE 17454/O